Bancos e FMI devem achar meio de o Brasil pagar menos juros

WASHINGTON (O GLOBO) — O jornal "Washington Post" sugeriu ontem, em seu principal editorial, que o Fundo Monetário Internacional e os bancos comerciais considerem novas alternativas para reduzir os juros cobrados do Brasil sobre a dívida externa, "até que a recuperação mundial e o ressurgimento de seu comércio de exportação avancem mais".

Sob o título, "O Brasil e as dívidas", o editorial diz que qualquer acordo deste tipo teria que ser aceitável para ambos os lados, não poderia ser imposto aos bancos.

"Mas seria infinitamente preferível que a iniciativa tenha lugar mais cedo, a partir de Washington e Nova York, do que mais tarde, a partir das capitais latinas, encurraladas pela reação política ao fracasso econômico e à esperança desapontada", diz o jornal.

É o seguinte o editorial do jornal "The Washington Post".

"Está aumentando a tensão entre os devedores latino-americanos e seus credores. Há forte inclinação em Washington a presumir que tudo sairá bem com o tempo, à medida que a recuperação econômica mundial aumente as exportações e a capacidade de pagar da América Latina. Talvez ocorra isso. Mas há cada vez mais razão para pensar que isto não acontecerá rápido o bastante para evitar as temidas pressões políticas sobre os governos latinos. O caso mais elucidativo — e certamente o mais importante — é o Brasil.

"Para evitar incorrer em ina-

dimplência em suas gigantescas dívidas, o Brasil vem negociando um empréstimo com o Fundo Monetário Internacional. Mas as negociações têm sido difíceis e o acordo provisório da semana passada não tem a probabilidade de ser aceito formalmente pelo FMI antes de outubro. Enquanto isso, no Brasil, há crescente discussão sobre uma moratória, com base em que as mudanças na economia mundial contribuíram para a dificuldade atual e que as condições de empréstimo do FMI (se tornaram) desproporcionalmente onerosas.

"Quando concede empréstimo, o FMI — adequada e necessariamente — fixa condições que requerem que o tomador equilibre sua economia. A questão é até que ponto ir. O Brasil tem os salários indexados à taxa de inflação; essa é sempre uma fórmula para criar problema, mas era um costume estabelecido. O Governo agora reduziu a indexação dos salários para 80 por cento da inflação. Num País em que a taxa inflacionária está na faixa de 150 por ano, é uma medida amargamente impopular. O FMI também acredita que o Governo precisa atacar diretamente os gastos e a política monetária para fazer baixar essa tremenda taxa inflacionária. É um bom conselho e, numa economia mundial perfeitamente estável, não haveria muita dúvida sobre a capacidade de o Brasil adotá-lo.

"Infelizmente, a estabilidade está em baixo estoque e as taxas de juros vêm subindo à medida que se

inicia a recuperação. Pelo fato de a maior parte da dívida do Brasil ser financiada a taxas oscilantes, o efeito desta alta sobre as obrigações estrangeiras do país é imediato. Em contraste, os benefícios da recuperação para as exportações do Brasil, e sua capacidade de pagar, terão lugar muito mais lentamente.

"O Brasil tem boas razões para evitar qualquer tipo de inadimplência ou moratória sobre seus pagamentos de dívida. Possui uma forte economia, se encontra num processo de rápida industrialização e, como os países avançados, requer acesso aos mercados mundiais. A inadimplência sobre a dívida coloca em perigo toda a rede de crédito internacional da qual depende seu comércio. Mas, à medida que sobem as taxas de juros, chega um ponto em que o ajuste convencional e as políticas de repagamento não são mais realistas. A recente alta da taxa de juros talvez tenha agora levado o Brasil perto desse ponto.

"E hora de o FMI e os bancos comerciais considerarem as alternativas que poderiam reduzir os atuais pagamentos de juros, para o Brasil e talvez outros devedores, até que a recuperação mundial e ressurgimento de seu comércio de exportação avancem mais. Qualquer acordo desse tipo teria que ser aceitável para ambos os lados; não pode ser imposto aos bancos. Mas seria infinitamente preferível que a iniciativa tenha lugar mais

cedo, a partir de Washington e Nova York, do que mais tarde a partir das capitais latinas encurraladas pela reação política ao fracasso econômico e à esperança desapontada".